

DOM JOSÉ MARIA PIRES: UM PROJETO ECLESIÁSTICO, UMA HISTÓRIA DE VIDA (1966-1985)

■ MARIA ELIZETE GUIMARÃES CARVALHO

<https://orcid.org/0000-0001-8331-837X>

Universidade Federal da Paraíba

■ MARIA DAS GRAÇAS DA CRUZ BARBOSA

<https://orcid.org/0000-0003-3330-1988>

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

Refletir sobre a história de vida de Dom José Maria Pires, tendo em vista contribuir com os estudos biográficos, é o objetivo deste artigo. Problematizamos a trajetória episcopal de Dom José Maria Pires, Arcebispo da Paraíba, a partir de cartas pastorais, discursos e homilias por ele elaborados, entre outras fontes, como memórias individuais e/ou coletivas, estudos e escrituras sobre ele produzidos. Para realização deste trabalho, recorreremos aos pressupostos epistemológicos da nova história cultural e da ciência hermenêutica como fundamentos teóricos que alicerçam as discussões sobre biografia, história e memória. O projeto episcopal realizado por Dom José Maria Pires, denominado “Do centro à margem”, repercutiu no cenário da época, de forma que suas ações pastorais revelam enfrentamentos e conflitos com as ações do governo ditatorial militar, como também, reflexões sobre os processos de escrita de si e as interseções desse processo enquanto elemento de escrita do(s) outro(s).

Palavras-chave: História de vida eclesiástica. Biografia. Memória. Escrita de si.

ABSTRACT

DOM JOSÉ MARIA PIRES: AN EPISCOPAL PROJECT, A LIFE HISTORY (1966-1985)

Reflecting about Dom José Maria Pires' history of life, considering to contribute to bibliographic studies, is this project object. In progress, we have problematized Dom José Maria Pires' episcopal trajectory, Archbishop of Paraíba, by pastoral letters, speeches and homilies elaborated by him, among others, as individual and/or collective memories, studies and writings produced about him. To the project achievement, we have resort to the epistemological assumptions of

cultural new history and hermeneutical science as theoretical foundations that base the discussions about biography, history and memory. The episcopal project performed by Dom José Maria Pires, named *Do Centro à Margem*, reverberated at the set epoch, as his pastoral actions have reviewed copings and conflicts against actions of military dictatorial government, as reflections about his self-writings process and this process intercessions as writings element of others.

Keywords: Ecclesiastical history life. Biography. Memory. Self-history.

RESUMEN **DOM JOSÉ MARIA PIRES: UN PROYECTO EPISCOPAL, UNA HISTORIA DE VIDA (1966-1985)**

Reflexionar sobre la historia de vida de Dom José Maria Pires, teniendo en vista contribuir con los estudios bibliográficos, es el objetivo de ese artículo. Problematizamos la trayectoria episcopal de Dom José Maria Pires, Arzobispo de la Paraíba, partiendo de cartas pastorales, discursos y homilias por él elaboradas, entre otras fuentes, como memorias individuales y/o colectivas, estudios y escritos sobre él producidos. Para realización de ese trabajo, recorreremos a los presupuestos epistemológicos de la nueva historia cultural y de la ciencia hermenéutica como fundamentos teóricos que basan las discusiones sobre biografía, historia y memoria. El proyecto episcopal realizado por Dom José Maria Pires, denominado de *Do Centro à Margem*, repercutió en el escenario de la época, de forma que sus acciones pastorales revelan enfrentamientos y conflictos con las acciones del gobierno dictatorial militar, como también, reflexiones sobre los procesos de escrita de sí y las intersecciones de ese proceso mientras elemento de escrita de otros.

Palabras-clave: Historia de vida eclesialística. Biografía. Memoria. Escrita de sí.

Introdução

As histórias de vida podem ser consideradas como processos narrativos, uma atitude concreta do ser humano na elaboração e/ou reelaboração da escrita de si, enquanto sujeito histórico e protagonista de sua biografia. Tais processos imbricados na formação e firmção da narrativa biográfica consistem em uma forma de *ser* e *estar* no mundo, e ocorrem de forma dialógica nas relações entre indivíduo

e contexto, pois “existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo” (FREIRE, 2011, p. 108).

É nesse sentido biográfico, como forma da escrita de si e intervenção no mundo, que trazemos à tona elementos da trajetória de vida eclesialística de Dom José Maria Pires na Arquidiocese da Paraíba. Para tanto, partimos do envolvimento de Dom José com problemas

sociais, como as desigualdades e violações de direitos, resultantes de medidas de caráter autoritário durante a ditadura civil-militar. São essas questões que nos orientam a refletir sobre aspectos da história de vida eclesial desse arcebispo durante o recorte temporal dos anos de 1966-1985, de forma a questionar o que esta história pode ou tem a revelar sobre uma época. Ou ainda, “em que esta vida me toca, a ponto de eu desejar escrever sobre ela? Por que esta e não outra história de vida?” (TIMM, 2010, p. 52).

Ora, mesmo sob a égide da ditadura civil-militar, instaurada em 1964 com o governo do Marechal Castelo Branco (1964-1967), em que foi estabelecida a “Linha Dura” da repressão, de forma que “[...] o governo Castelo Branco [...] nunca escondeu seus objetivos estratégicos, uma política voltada para a acumulação de capital que exigia ações autoritárias de longo prazo” (NAPOLITANO, 2014, p. 67), Dom José Maria Pires, fazendo parte da Linha Progressista da Igreja Católica, iniciou uma série de reformulações no interior da Arquidiocese que repercutiram diretamente no contexto local da Paraíba.

Dentre as ações, a reconfiguração do Projeto Eclesial da arquidiocese paraibana, por ele denominado “Do centro à margem”, o qual, além de convergir com os princípios equitativos do Concílio Vaticano II, colocava a Igreja em contato direto com as situações de vulnerabilidade e marginalidade social, cada vez mais crescentes em decorrência da ditadura, Dom José Maria Pires protagonizou ações em benefício das comunidades carentes e desprotegidas. Suas decisões à frente da Igreja da Paraíba contribuíram para minorar o sofrimento de comunidades carentes e desprotegidas.

Dessa forma, escrever a respeito da história de vida eclesial de Dom José Maria Pires pressupõe nos debruçarmos sobre a trajetória, relações, atitudes e ações de um arcebispo

em meio ao cenário da ditadura civil-militar, quando então desenvolveu ações de resistência e enfrentamento. E, também, além das revelações sobre uma época, não totalmente esclarecidas, permitir o borbulhar da subjetividade na problematização de uma vida, uma vida que diuturnamente nos toca, nos envolve e nos convida a escrever sobre ela. Afinal, enveredar pela seara epistemológica dos estudos com histórias de vida traz consigo motivações para além do sujeito biografado/pesquisado, de forma que:

Já não se trata tão somente de obter informações sobre o que a pessoa realizou em sua história de vida, nem simplesmente de procurar compreender e explicar num texto seus dizeres (e fazeres, grifo nosso). Mas, fundamentalmente, de nos perguntarmos sobre como se constitui no desenvolvimento de sua autossubjetivação. (TIMM, 2010, p. 57).

A autossubjetivação proposta por Timm (2010) parte do entendimento de que as pesquisas biográficas, além da perspectiva historiográfica, tocam o campo da subjetividade tanto de quem a realiza como daquele que é o seu objeto de investigação. No caso desse estudo, interessa-nos o processo de subjetivação presente no modo como Dom José Maria Pires se constituiu arcebispo e propôs seu trabalho junto aos necessitados, no cenário ditatorial.

Para tanto, a ciência hermenêutica constituiu-se chave de leitura, pois, diferente das ciências positivistas, não se tem a pretensão de encontrar respostas, muito menos verdade, porque, “o modo de pensar hermenêutico [...] consiste em valorizar o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo” (ALBERTI, 2004, p. 18). Na verdade, são muitos questionamentos que envolvem a subjetividade do pesquisador e que colocam em movimento seu fazer epistemológico, conduzindo-o “por mares nunca de antes navegados” (CAMÕES, 2020, p. 2).

Ancorados por esses pressupostos interpretativos, a abordagem biográfica adotada leva em consideração a subjetividade que permeia o campo das memórias individuais e/ou coletivas (HALBWACHS, 2006), permitindo leituras e interpretações acerca da história de vida de Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba, no período de 1966 a 1995.

Para atender esse fim, e como forma de refletirmos sobre a relação de Dom José e o contexto ditatorial que o envolvia, a abordagem teórica da narrativa de Benjamin (1987) e o conceito de experiência proposto por Larrosa (2019) também são referendados. A partir das narrativas presentes nas memórias individuais ou coletivas (HALBWACHS, 2006) das pessoas que conviveram ou de certa forma vivenciaram o projeto eclesialístico desse arcebispo, teremos mais possibilidades de realizar reflexões sobre quais experiências Dom José Maria Pires inscreveu e quais deixou-se inscrever, durante seu episcopado.

Ora, as narrativas são elementos constitutivos da história e também da memória, quer seja de uma época, de um lugar ou de um sujeito, porque além das impressões e subjetividades de quem as narra e do próprio caráter seletivo que as envolve, referem-se ao que foi considerado importante de ser guardado ou até mesmo de não ser esquecido.

Nesse caso, as narrativas colocadas em pauta remetem ao que ficou da história de vida de um arcebispo em determinado momento de sua vida. Por essa razão, a perspectiva que fundamenta as narrativas a respeito da história de vida de Dom José Maria Pires revela-se na proposta de Benjamin (1987), já que a narrativa é apresentada como uma forma artesanal de comunicação a interligar memórias, pessoas e experiências: “[...] ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-lo dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila

do vaso” (BENJAMIN, 1987, p. 205). É justamente essa narrativa Benjaminiana (1987), impressa de significados, subjetividades e representações, mergulhada na vida do narrador, que traz as marcas do que foi transformado em experiência, que tomamos por referência neste estudo.

Inter-relacionado à dimensão da narrativa Benjaminiana (1987), temos o conceito de experiência proposto por Larrosa (2019), o qual nos é bastante caro, pois, é através das narrativas sobre a vida episcopal de Dom José Maria Pires, que experiências vivenciadas tanto pelo seu projeto eclesialístico como pelas relações por ele estabelecidas com as pessoas que “recordam e narram”, que essas vivências são trazidas à tona. Dessa forma, é possível nos apropriarmos de subjetividades presentes nas memórias acerca da história de vida de Dom José Maria Pires, seus silêncios e representações, para então, refletir/interrogar sobre o que permaneceu na memória coletiva e/ou individual (HALBWACHS, 2006), se os episódios de intolerância, os conflitos com a ditadura ou as ações de enfrentamento e resistência por este arcebispo promovidas.

Essa possibilidade de “encontro” com a história e memórias da trajetória episcopal de Dom José, transformadas em experiências, articula-se com “A dimensão hermenêutica, compreensiva, interpretativa ou, como nos permitimos melhor denominá-la, testemunhos de vida” (MOSQUERA; STOBÄUS, 2004, p. 75). Observamos, que o *corpus* científico das narrativas/experiências insere-se nos pressupostos da nova história cultural e está formado pelas subjetividades dos sujeitos envolvidos.

Nas palavras de Mosquera e Stobäus (2004, p. 77), “[...] as narrativas são, elas mesmas, uma forma de representação do mundo subjetivo”. Dessa forma, o mais importante nos estudos biográficos não são as respostas, mas, sobretudo, as compreensões a serem suscitadas

diante da trajetória de vida de alguém. No presente caso, as interpretações que este estudo, sobre a história de vida de um arcebispo emérito já falecido¹, poderão provocar/promover.

Considerando a possibilidade de interlocução entre representação do mundo e de si como expressão da subjetividade, em que a partir da trajetória de vida de um sujeito pode-se refletir sobre um contexto, interessa-nos os processos de escrita de si construídos por Dom José Maria Pires, bem como sua forma de veiculação e de interação no cenário em que circulavam. Para esse propósito, focamos o estudo no recorte temporal a partir de sua trajetória de arcebispo da Paraíba, que teve início em 1966, quando chega para assumir a Arquidiocese, até o “término” da ditadura, em 1985.

Nesse sentido, propomos um diálogo entre história, memória e biografia, em que a história é compreendida enquanto representação do real, a considerar as relações entre o tempo vivido e o tempo passado, assumindo seu sentido historiográfico de (re)escrita e narração dos fatos representados.

Já a memória, será considerada a partir dos estudos de Halbwachs (2006) e Nora (1993), enquanto identidade social, a abarcar os elementos constitutivos da memória individual e coletiva; e também, para além da oposição entre história e memória, acatando o conceito dos lugares da memória que colocam a narrativa em uma condição marginal.

Nesse diálogo, em que “a biografia pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias” (DOSSE, 2009, p. 11), temos por objetivo refletir sobre a história de vida de Dom José

Maria Pires, enquanto um processo de escrita de si e escrita do outro. Para tanto, sua trajetória eclesiástica é fonte de análise para reconstituir/interpretar as ações de um arcebispo em meio ao contexto da ditadura civil-militar.

Durante o período em que Dom José Maria Pires esteve à frente da Arquidiocese da Paraíba, foram incorporados, no interior da Igreja, os princípios doutrinários decorrentes do Concílio Vaticano II, em que a Igreja ampliou o sentido da evangelização para práticas efetivas em prol das causas sociais da população mais carente.

Partindo desses novos princípios, dentre as principais reformulações realizadas por Dom José Maria Pires, destacamos a elaboração de um pensamento e uma metodologia denominada “Do centro à margem”, materializada pela experiência Igreja Viva, que consistia em um deslocamento/movimento da Igreja em direção às necessidades da população mais carente, que cada vez mais era colocada à margem da cidadania e da dignidade pelo regime de governo ditatorial.

Suas ideias e práticas, tanto repercutiram em sua vida de arcebispo, como na vida daquelas pessoas e grupos que buscaram por ajuda e/ou que nas pastorais se engajaram. Foram ações de enfrentamento, sem violência, em prol da dignidade e da garantia de direitos daqueles que sofriam. Uma história que marcou também o cenário paraibano, repercutindo na existência de lugares² de memória (NORA, 1993), que levam o nome desse arcebispo.

Diante dessa constatação, nos inquieta o significado das representações e o sentido atribuído a esses lugares de memória (NORA, 1993) e até que ponto tal situação pode contribuir para que a história e a memória, indi-

1 Dom José Maria Pires faleceu em 27 de agosto de 2017, aos 98 anos de idade, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Foi sepultado na Catedral Basílica de Nossa Senhora das Neves na cidade de João Pessoa (PB), onde foi Arcebispo por 30 anos. Assumiu a Arquidiocese da Paraíba no ano de 1966, em substituição a Dom Mário de Miranda Villas-Boas, que foi arcebispo da Paraíba de 1959 a 1965.

2 Na Paraíba, os lugares de memória que levam o nome de Dom José Maria Pires são: Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires, situado no município de Santa Rita (PB) e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Bilingue Dom José Maria Pires, localizada no Bairro dos Novais, na cidade de João Pessoa (PB).

vidual e coletiva (HALBWACHS, 2006),³ que envolvem a trajetória episcopal de Dom José Maria Pires não sejam esquecidas ou reduzidas aos espaços residuais dos lugares de memória (NORA, 1993).

De acordo com Nora (1993, p. 13), “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea [...]. São bastiões sobre os quais se escora”. Partindo dessa compreensão, estariam a história e as memórias da vida eclesialística de Dom José Maria Pires ameaçadas pela consagração dos lugares de memória? Quais os possíveis significados da representatividade desses lugares de memória a envolvê-lo?

Ora, se a preocupação de Benjamin (1987) com o fim da narrativa for um dos elementos da construção desses lugares de memória, a história e as memórias sobre Dom José Maria Pires e os desdobramentos de seu episcopado no contexto ditatorial encontram-se, de fato, ameaçados, pois, de que forma lhes atribuir significados quando subscritos ao engessamento dos lugares de memória? Sem espaços de escuta, essas histórias, memórias e desdobramentos de seu episcopado incorrem em risco de participarem do inventário de uma amnésia social.

Partindo dessas preocupações, esse texto é pensado para além da elaboração de um episteme, trata-se de (re)escrever, quiçá (re)interpretar a história de vida eclesialística de Dom José Maria Pires, um arcebispo que, em meio ao cenário de arbitrariedade e violações de direitos, desenvolveu ações pastorais de resistência, e colocou-se em defesa das pessoas mais pobres e marginalizadas.

Essas experiências, que de certa forma

3 Para Halbwachs (2006, p. 69), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, e este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”. Nesse sentido, memórias são individuais, mas também coletivas.

favoreceram a tessitura de uma história que também é memória, não são mais narradas na primeira pessoa do singular *eu*, mas, sim, na primeira pessoa do plural *nós*. Em outros termos, um *eu* transformado em *nós* por conta de ações coletivas que evangelizaram para a luta pela dignidade e por uma vida plena em liberdade e direitos.

Sendo assim, abordamos as narrativas que perpassam a história de vida de Dom José Maria Pires, quer seja através das memórias individuais, coletivas ou por tabela (POLLAK, 1992), ou a partir dos registros escritos elaborados pelo próprio arcebispo, como suas cartas pastorais, discursos e homilias. Afinal, “a vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la” (MARQUEZ, 2003, p. 03), e também, porque, ao escrevermos sobre histórias de vida, devemos “olhar a obra, não apenas o que nos aparece, mas perguntar-se, ao olhá-la, pelo modo como ela foi ou continua sendo construída e reconstruída” (TIMM, 2010, p. 53).

Tessituras biográficas e projeto eclesialístico: Dom José Maria Pires, entre a escrita de si e a escrita do(s) outro(s)

Uma escrita de si para além dos papéis, construída no cotidiano das relações, em um processo de vivência com o coletivo, assim podemos compreender a história de vida de Dom José Maria Pires. Mas, para essa compreensão, foi preciso “olhar sua vida singular num contexto plural de possibilidades de construção da existência” (TIMM, 2010, p. 53), em que levamos em consideração suas ações pastorais para com a população mais carente, mas também o cenário autoritário em que essas ações foram desenvolvidas.

Entre as ações realizadas naquele contexto ditatorial, destacamos o engajamento de Dom

José Maria Pires junto à população rural na luta pela Posse da Terra, na comunidade rural de Alagamar⁴,

Conclamamos todos aqueles que perceberam a justiça dessa causa a juntarem suas vozes à nossa para a defesa do fraco e oprimido. Sugerimos que escrevam ou telegrafem às Autoridades encarecendo a urgência de acolherem o pedido de desapropriação de Alagamar já encaminhado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba. (PIRES, 1978, p. 48).

Em suas Cartas Pastorais, agia, denunciava e convocava a sociedade para a luta. Através do lugar de fala de Arcebispo, fazia uso do poder de fala e escrita, colocando-se contra as situações violadoras, reforçando o envolvimento da Igreja com as causas dos pobres e excluídos.

A narrativa biográfica, trazida à tona nos relatos dessa Carta Pastoral, representa os posicionamentos e articulações de Dom José Maria Pires entre as instituições de poder e os direitos violados. Como manter-se ou dialogar entre esses dois movimentos, os institutos/mecanismos de poder e as violações de direitos?

Bourdieu (2006), no texto “A ilusão biográfica”, explica que “os acontecimentos biográficos se definem como *colocações e deslocamentos no espaço social*” (BOURDIEU, 2006, p. 190, grifos do autor). Considerando esse entendimento, as colocações de Dom José Maria Pires em suas Cartas Pastorais e atitude em convocar outros a fazerem uso da escrita e da voz para reivindicar seus direitos são interpretadas enquanto um processo de posicionamento no mundo, tomada de decisão da escrita de si para a elaboração da escrita ou reescrita de outros sujeitos.

A circulação de Dom José nas comunidades rurais estava na contramão da história ditatorial, pois seus posicionamentos implicavam

4 A época Alagamar compreendia um conjunto de terras composta por vários sítios, localizada na cidade de Itabaiana (PB).

movimentos de embate contrários ao regime, de forma que a intersecção entre esses dois elementos – a ação pastoral de seu episcopado e o contexto ditatorial – o colocaram em um processo de escrita de si, servindo de elemento de escrita do(s) outro(s), pois neste movimento entre a pessoa e o contexto que a cerca, Dom José Maria Pires foi tecendo seu processo de escrita no cenário histórico que o envolvia e do qual participava como arcebispo e cidadão, a ditadura civil-militar. Tal cenário de controle e autoritarismo, de violação a direitos não o intimidava em suas ações e práticas. Ele assumia sua missão como religioso e cidadão, usando a palavra e a solidariedade, amparando os pobres e perseguidos políticos.

Seu envolvimento com as causas dos camponeses de Alagamar (PB)⁵ e Mucatu (PB)⁶, através de ação pastoral da Equipe de Promoção Humana, uma das inovações da Arquidiocese da Paraíba, consistiu elemento crucial nos embates junto aos camponeses e pequenos agricultores. É o que confirmamos nas memórias de Mitidiero Júnior (2010), quando relata

Quando foram procurados pelos moradores da Fazenda Mucatu, o grupo de Promoção Humana começou a visitar a área semanalmente a partir de 1975. Eram realizadas reuniões que tinham o caráter de celebração, de discussão do evangelho, de reflexão sobre a situação social dos moradores, atentando para os problemas de saúde e de educação, e ainda, debatiam sobre as leis do Estado brasileiro. (MITIDIERO JÚNIOR, 2010, p. 27).

5 A Grande Alagamar trata-se de uma comunidade rural, localizada nas cidades de Salgado de São Félix e Itabaiana (PB), composta pelos sítios Canto Alegre, Maria Melo, dentre outros, que durante os anos de 1975 a 1980, foi cenário do movimento social “Luta do Povo de Alagamar”; decorrente da desapropriação da terra e situações de perseguição, contou com o apoio da ação pastoral de Dom José Maria Pires (NEVES, 2014).

6 De acordo com Mitidiero Júnior (2010), Mucatu é uma fazenda situada no município de Alhandra (PB), onde há pelo menos 50 anos moravam 174 famílias, vivendo da agricultura de subsistência e quando a propriedade foi vendida e os moradores perseguidos, ameaçados e despejados, puderam contar com as ações pastorais de Dom José.

A ação pastoral realizada pela equipe de Promoção Humana repercutiu na vida daqueles moradores de forma positiva, pois além de proporcionar momentos de evangelização esclarecia-lhes sobre os direitos que vinham sendo violados pela tirania do novo proprietário daquelas terras, contribuindo para o conhecimento de uma legislação até então desconhecida para eles. Assim, outras formas de ver e compreender a realidade começavam a ser desveladas pela comunidade, pelas lentes da ação pastoral.

Essas reuniões fortaleceram o grupo de moradores, dinamizando suas ações contra uma série de ameaças do proprietário da terra. Mas a cada passo dado na organização dos moradores, o proprietário das terras intensificava as suas ações, todas de caráter violento: espancamentos, ameaças de morte, prisões, etc. Ele também tentou isolar os camponeses, impedindo a entrada da equipe de Promoção Humana e de qualquer outra forma de apoio aos moradores, a ponto de impedir Dom José Maria Pires, usando pistoleiros contratados, de celebrar uma missa na área. Fato este que ganhou enorme repercussão na época. (MITIDIERO JÚNIOR, 2010, p. 27).

Esse episódio, trazido à tona pelas narrativas de Mitidiero Júnior (2010), retrata a intolerância ao diálogo e a arbitrariedade resumidas nesses atos violentos contra aqueles moradores e contra o próprio arcebispo. Diante do impasse e truculência aplicada, Dom José Maria Pires se manteve firme respondendo com a não violência. Conforme relata em sua carta pastoral:

O outro passo nessa campanha de intimidação foi a proibição feita ao Vigário de continuar dando assistência pastoral aos moradores. Quinta-feira última, dia 12, quando ele se dirigia ao lugar de costume para celebrar a Missa, notou que a estrada estava bloqueada por dois carros. Como ele bem conhece a região, entrou por um desvio carroçável e prosseguiu. À frente, porém, estava outro obstáculo: era o adminis-

trador que, fazendo sinal para parar o carro, comunicou a ordem do proprietário que não permitia a celebração da Missa enquanto o Vigário não fosse ter um entendimento com ele. A sorte foi que, no veículo do Vigário, se achava também o Arcebispo. Íamos com diversos outros padres, religiosos e agentes da pastoral. Íamos participar da Missa num gesto de solidariedade e conforto espiritual ao povo fiel e trabalhador de Mucatu. O Arcebispo assumiu pessoalmente a responsabilidade do prosseguimento da viagem e a Missa foi celebrada por 18 sacerdotes e participada por centenas de fiéis. (PIRES, 1978, p. 28).

Ora, para Dom José Maria Pires, tomando por referência o Evangelho, a Igreja tinha papel crucial nesse processo de luta a partir da conscientização e diálogo com as pessoas e não pela violência. Por essa razão, sua história de vida eclesialística representa a escrita de si para além dos papéis, pois apesar de ter deixado uma vasta produção escrita, entre artigos, homilias, cartas pastorais e livros⁷, seu episcopado foi atravessado por gestos concretos elaborados em contrapartida. É de perceber que essa escrita de si vai para além dessa carta pastoral, revelando o arcebispo em sua subjetividade, a imagem de um cidadão que busca justiça social e dignidade para todos. Um homem sem medos.

Embora o recorte temporal em análise contemple as narrativas biográficas do período ditatorial, a história de vida de Dom José Maria Pires transcende a ilusão biográfica discutida por Bourdieu (2006), do tempo linear e marcado por fatos sucessivos. Sua produção intelectual e pastoral revelam um sujeito multifacetado com elementos distintos e representativos de diferentes contextos. Dentre os quais: a pessoa negra, os pobres e as pessoas do campo.

7 Dom José escreveu quatro livros: *O grito de milhões de escravos: a cumplicidade do silêncio* (1983); *A cultura religiosa afro-brasileira e seu impacto na cultura universitária* (2014); *Meditações diante da cruz* (2015) e *O sacerdote, imagem de Cristo* (2016).

Por ser negro, Dom José Maria Pires vivenciou o preconceito – muitas vezes velado – e a discriminação. E essas experiências que ficaram guardadas foram ressignificadas em forma de discurso e reflexão, repercutindo tanto em suas ações pastorais quanto em sua produção intelectual de forma que dentre os diversos discursos proferidos, apresenta a escrita martirizada, comprometida com o sofrimento e com a justiça social, colocando em cena a pessoa negra e as violações que lhes são (ou foram) cometidas.

Fazendo uso do “poder de fala” e do “seu lugar de fala como arcebispo”, Dom José Maria Pires, através de sua trajetória episcopal, realizou ações em prol do direito humano de “ser mais” (FREIRE, 1996), e implementando ações de luta em prol dos direitos das pessoas mais pobres, defendeu os processos de escrita de si no sentido amplo de ser sujeito histórico no mundo.

A capacidade de “dizer ao mundo de si” (FREIRE, 1996) e “sobre o outro” o instigavam à luta, e através da sua produção intelectual, bem como de suas ações pastorais pronunciou ao mundo, falando daqueles a quem foram retirados o poder de fala e o direito à voz. E, assim, pronunciando a justiça social para os mais carentes, tornou-se mártir da palavra e defensor dos direitos humanos.

Essas ações se transformam em experiência no sentido proposto por Larrosa (2019, p. 21), em que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Sendo assim, suas relações episcopais com os outros sujeitos foram elaborações subsidiadas pelas experiências que passaram, aconteceram ou tocaram sua vida e das pessoas que participaram ou vivenciaram as ações episcopais de seu projeto eclesialístico.

Um processo de escrita de si que repercutiu na vida de outras pessoas, nos seus modos

de pensar, ou de agir, onde acontecimentos/situações de alguma forma tocaram a vida dos sujeitos que com Dom José Maria Pires interagiram, seja de forma positiva ou negativa, foram processos de escrita no outro, transformados em experiência. As memórias de Ribeiro (2005) sobre as experiências que viveu com Dom José Maria Pires são testemunhos desse processo de escrita no outro. Vejamos o depoimento de Ribeiro (2005, p. 10):

Tenho o maior orgulho de ter convivido, por tantos anos, com Dom José. De ter presenciado sua luta em favor de tantos brasileiros, pobres, excluídos, sofredores. De poder ter dado alguma contribuição, mesmo que irrisória, à sua extraordinária missão. De desfrutar sua amizade. De acompanhá-lo, ainda hoje, com mais de oitenta anos de idade, com o mesmo vigor, com a mesma coragem, pregando no interior de Minas Gerais, nas igrejas de suas paróquias na Diocese de Guanhães, ou em Belo Horizonte, em Universidades, em grandes seminários. De saber que, vez por outra, deixa um público sempre numeroso, em diversos países da Europa, extasiado com suas palavras.

Esses testemunhos são memórias individuais que atravessam os lugares por onde Dom José Maria Pires circulou durante sua trajetória de sacerdote, a revelar indícios de seu projeto eclesialístico. Mas, sobretudo, são narrativas que tocaram a vida de pessoas como Ribeiro (2005), de forma significativa, ao ponto de deixar transparecer em seu relato o sentimento de orgulho por ter feito parte, ou ao menos ter estado por perto, da história desse arcebispo. Como que, ao rememorar, de certa forma, pudesse viver a experiência de reviver o que se passou. Em outras palavras:

A experiência de ‘reviver’ acontecimentos tal como eles se deram é uma provocação ao exercício do historiador, que se depara com a dificuldade ou até mesmo a impossibilidade de reviver um passado, considerando que o tempo impõe limites à atividade da memória. (CARVALHO; LIMA, 2017, p. 265).

Essa experiência do reviver, através da ação da memória e seus lapsos, coloca Ribeiro (2005) diante da impossibilidade de viver, novamente, aquelas situações/experiências vivenciadas com Dom José Maria Pires. Mas é justamente essa incapacidade de não poder mais viver o que um dia se viveu, que passou a fazer parte do espaço da memória, pois se o desejo de reviver a experiência acontece, está implícito que aquele acontecimento foi bom, tocou de forma positiva a vida de quem deseja revivê-lo. Em outra perspectiva, essa vivência adquiriu sentido e significado, passando, assim, a fazer parte da composição do processo de inscrição na vida daquele sujeito. Isso é o que ocorre com Ribeiro (2005), quando relembra com orgulho parte de suas vivências com Dom José Maria Pires.

Outro importante elemento para refletirmos sobre o processo de escrita de si de Dom José Maria Pires diz respeito ao seu primeiro pronunciamento como arcebispo, aos 27 de março de 1966:

Tenho quarenta e sete anos de idade, vinte e quatro de sacerdócio e oito de episcopado. Sou de origem humilde. Como Cristo, nasci em um lugarejo -Córregos⁸- perdido no interior de Minas. Minha terra natal não tem mais de oitenta casas, mas já deu vinte e dois sacerdotes à Igreja. Como Cristo, sou filho de uma doméstica, e meu pai é carpinteiro que ainda hoje, com seus 74 anos de idade, continua exercendo a profissão (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1966, p. 1).

Essas memórias, relatadas por Dom José sobre sua experiência como sacerdote e sua origem familiar, fizeram parte de um processo seletivo da memória, pois de acordo com Bosi (1994, p. 81), “uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não

8 Pequeno distrito do município de Conceição de Mato de Dentro, Minas Gerais.

seja uma repetição do estado antigo, mas uma reparação” (BOSI, 1994, p. 81).

Nesse sentido, ao escrever sobre si, Dom José, motivado pelo presente – a preparação de um discurso para apresentar-se como arcebispo –, buscou no passado as vivências que melhor poderiam representar-lhe no âmbito religioso: sua trajetória sacerdotal – com destaque para o tempo de duração de suas experiências sacerdotais – e sua origem familiar humilde com tons religiosos, em que seu pai, assim como o pai de Cristo, era carpinteiro, e sua mãe, doméstica, raízes familiares que são reforçadas ao final do fragmento.

A narrativa de uma vida atualiza os elementos da cena em que se viveu ou em que se vive. É o sujeito desdobrado em várias facetas, o único capaz de reconstruir o seu passado – considerá-lo do momento presente, revisitá-lo, passá-lo por diversos filtros e ainda assim, manter uma narrativa lógica, que vai dar sentido ao relato. (FERREIRA, 2004, p. 364).

Nesse movimento da memória, a atualização das lembranças e o fazer-se narrativa ao rememorar sobre o início de sua trajetória episcopal, o tempo de experiência e as origens familiares, Dom José Maria Pires fez a filtragem da memória, trazendo para o presente, experiências de vida mescladas de sonhos e realidade. Inscreveu-se a si mesmo nesse momento.

Essa escrita de si é observada em um dos pronunciamentos públicos de Dom José Maria Pires quando diz: “Eu queria ser no meio de vós como João XXIII” (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1966, n.p.). Dessa forma, revelava seus referenciais católicos e aos poucos afirmava-se enquanto arcebispo.

Mas o que significava para o novo arcebispo ser para os paraibanos como o Papa João XXIII⁹? Quem fora João XXIII? Qual sua repre-

9 Angelo Giuseppe Roncalli era o nome de João XXIII. Natural da Itália, nasceu em Sotto il Monte, na Lombardia, em 25 de novembro de 1881. Sucessor de Pio

sentatividade para a Igreja Católica ao ponto de Dom José Maria Pires querer desenvolver seu episcopado tendo-o como referência?

O Papa João XXIII, apontado como “modelo” por Dom José, ficou conhecido como o “Papa bom” ou o “Papa da bondade” e durante seus cinco anos de pontificado, entre 1958 a 1963, deu início a importantes reformulações para a Igreja Católica como as encíclicas *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra) e a *Pacem in Terris* (Paz na Terra)¹⁰ e o Concílio Vaticano II, do qual “Dom José participou ativamente, tornando-se um dos responsáveis pela nova Igreja que então surgia” (RIBEIRO, 2005, p. 7).

Ora, o Concílio Vaticano II¹¹, convocado pelo Papa João XXIII, nos anos de 1960, teve por finalidade discutir as orientações doutrinárias e pastorais da Igreja Católica naquele momento histórico que se desenhava com a modernidade e com os resquícios dos trágicos “eventos históricos” da Segunda Guerra Mundial¹² e do

XII, foi nomeado Papa no ano de 1958, mas teve um curto pontificado. Faleceu em Roma, no dia 3 de junho de 1963, por conta de um câncer de estômago.

10 As Cartas Encíclicas representam o grau máximo da autoridade Papal e os ensinamentos/dogmas de um pontificado. Nesse sentido, em meio ao cenário de desigualdades sociais e econômicas internacionais da Guerra Fria e pós-Segunda Guerra Mundial, a Carta *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra), considerada um marco na doutrina social da Igreja, porque fundamentada pelos princípios da justiça, do amor e da verdade, atualizou os dogmas da Igreja para as questões da igualdade social, econômica entre as nações. A Encíclica *Pacem in Terris* (Paz na Terra), publicada em 1963, também no cenário da Guerra Fria e da construção do Muro de Berlim, propôs a Paz, tendo por base os princípios da verdade, justiça, caridade e liberdade entre as nações como elementos fundantes da paz universal.

11 Através da bula papal *Humanae salutis*, em dezembro de 1961, o Papa João XXIII, reunido com aproximadamente 2 mil bispos, desenvolveram discussões no Concílio Vaticano II, que tiveram desdobramentos na Igreja Católica e seus contextos.

12 Para alguns historiadores, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi a continuidade da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). O fato é que foi um conflito militar que envolveu diversas nações, entre as quais as grandes potências, incluindo tropas brasileiras que estiveram na linha de frente da guerra lutando contra a Itália entre os anos de 1944 e 1945. A Segunda Guerra Mundial estruturada entre países aliados (Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos,

Nazismo¹³. Assim, realizado em quatro momentos, entre 1961 e 1965, o Concílio Vaticano II introduziu na Igreja a inclinação social preconizada pela Teologia da Libertação. Revenindo sua doutrina e fortalecendo suas relações com as situações daqueles que mais sofriam, configurou seus paradigmas religiosos para a libertação não apenas espiritual, mas, sobretudo social dos oprimidos.

Essas reformulações na doutrina religiosa católica, decorrentes do Concílio Vaticano II, orientaram o formato de Igreja colocado em prática por Dom José Maria Pires, uma Igreja mais próxima do povo e envolvida com as causas das pessoas mais fragilizadas. Vale salientar, que na realização de suas ações, além do cenário violador de direitos instaurado com a Ditadura Civil Militar no ano de 1964, Dom José teve que enfrentar a hierarquia conservadora da Igreja, contrária ao novo modelo. Situação que requeria posicionamentos acerca do seu projeto eclesialístico como Arcebispo:

Meu programa de ministério e de vida está sintetizado nas palavras que me servem de divisa episcopal: *Scientiam Salutes* – Ciência da Salvação. Foi para isso que a Igreja me fez sacerdote. E se houver preferências em meu coração, que elas sejam para os pobres, para os doentes, para os pecadores. (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1966, n.p.).

A preferência pelos pobres, doentes e pecadores, que demarcava o envolvimento do Arcebispo com os sujeitos esquecidos e/ou que ocupavam a linha marginal da história, tinha suas raízes no Concílio Vaticano II e na Teolo-

como membros principais) e países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), além das tragédias das bombas atômicas lançadas pelos Estados Unidos no Japão, nos dias 6 e 9 de agosto de 1945, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, resultou na morte de 60 milhões a 70 milhões de pessoas.

13 Consistiu em um movimento ideológico de vertente nacionalista, imperialista e belicista contra os judeus, ocorrido na Alemanha, entre os anos de 1933 e 1945, liderado por Adolf Hitler, que resultou no genocídio em massa de aproximadamente 6 milhões de judeus.

gia da Libertação, que lhe serviram de inspiração para a elaboração de um novo formato de evangelização, por Dom José Maria Pires denominado “Do centro à margem”. Essa expressão carregada de simbolismo representava o movimento que precisava ser desenvolvido pela Nova Igreja, sair do centro e ir ao encontro das margens, melhor dizendo da população mais carente, colocada cada vez mais às margens da cidadania e da dignidade pela política repressora da Ditadura Militar.

Assim, quando Dom José Maria Pires chega à Paraíba para assumir a Arquidiocese, em março de 1966, a Ditadura Militar já havia sido instaurada e o país encontrava-se sob o comando do governo Castelo Branco (1964-1967) e do Ato Institucional nº 2, que além de reforçar o apoio dos militares de “Linha Dura”, dentre outras medidas, restringiu os direitos políticos dos opositores ao regime, implementou a eleição indireta, perseguiu funcionários públicos, extinguiu o pluripartidarismo, permitindo apenas a existência de dois partidos políticos: o partido do governo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o partido que reunia alguns opositores, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

A perseguição e os ataques à liberdade política também foram vivenciados por Dom José Maria Pires nos momentos em que era chamado de subversivo, ou quando era convidado a explicar-se por conta dos discursos proferidos nas cartas pastorais. Mas Dom José não hesitava ou recuava, mantinha-se firme nas palavras e ações, utilizando-se do poder da palavra em suas homilias e, enquanto evangelizava, denunciava as transgressões do regime ditatorial e demonstrava seus posicionamentos políticos em defesa dos mais fracos.

A ação pastoral de Dom José Maria Pires esteve marcada pelo enfrentamento consciente e não violento às opressões e violações produzidas pelo regime ditatorial, de forma que

utilizava do “poder da conscientização” através da palavra, conforme é ressaltado em um trecho da homilia escrita por ele, em 1968:

Não vendo pão, vendo fermento.

Não me lembro agora quem foi que escreveu esta frase, mas parece-me que ela resume bem uma mensagem evangélica. Portanto, temos diante de nós uma mensagem que arde, uma mensagem que fermenta. Isto deve ser a Igreja. Ela há de ser sempre uma Igreja que incomoda, se quiser estar dentro do Plano do Evangelho. Incomodar como a mostarda, incomodar como o fermento. Parece-me que é o que estamos vendo hoje. A Igreja hoje incomoda os governos. Eles não encontram mais nela uma aliada. (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1968, n. p.).

Apesar de a ação política não ser a essência de seu episcopado, a evangelização promovida pelo projeto eclesialístico de Dom José Maria Pires era marcada por processos de conscientização não apenas espiritual, mas, sobretudo, política. Salientamos, que estava junto da população mais carente, tratando diretamente de seus direitos que nesse momento de ditadura eram cada vez mais retaliados.

Dentre esses direitos, o direito à liberdade de expressão e à atividade intelectual retrataram a repressão violenta do regime. Conforme Napolitano (2014, p. 100),

O Decreto-Lei nº 1.077, de janeiro de 1970, instaurou a censura prévia sobre materiais impressos. A Polícia Federal, a partir de 1972, se reorganizou para aplicar a censura com mais eficiência, com a criação da Divisão da Censura de Diversões Públicas e a ampliação de seu corpo de censores. Para controlar a imprensa, havia os ‘bilhetinhos’ que saíam do Serviço de Informação do Gabinete do Ministro da Justiça e a autocensura nas relações de periódicos da grande imprensa.

Nesse contexto, de forte censura e repressão intelectual, Dom José Maria Pires não se deteve em utilizar os meios que tinha para denunciar as violações de direito. Dentre as si-

tuações de perseguição, o relato de Dom José Maria Pires, em Carta Pastoral escrita em 1975, traz à tona o autoritarismo e o medo imposto:

Nosso irmão, Frei Hermano José foi também chamado de novo ao I Grupamento de Engenharia por autoridades da Segurança Nacional. Acusaram-no de ‘estar pregando a violência, levando o povo a fazer greve, de ser ele comunista e subversivo assim como o Arcebispo da Paraíba’ (PIRES, 1978, p. 30).

Em meio a tais acusações, e conforme evangelizava, se colocava politicamente, no sentido amplo desse termo, não por um partido político, mas por uma causa. Evangelizando pela palavra e para a luta, desagradava os poderosos e conservadores e, principalmente, incomodava o governo ditatorial, uma vez que em meio a esse cenário em que os direitos políticos, sociais e econômicos eram duramente violados, Dom José Maria Pires, através de seu projeto episcopal “Do centro à margem”, implementou ações evangelizadoras direcionadas para o engajamento social e em defesa dos mais fracos, construindo uma igreja “à serviço do pobre”:

Uma Igreja que incomoda o poder econômico, pois ela diz que quer ser pobre e quer colocar a serviço dos pobres os bens que possui! E isto é negar, não só na teoria, mas também na prática, o capitalismo. Não é juntar para juntar, mas o que foi juntado deve ser distribuído, deve circular, deve estar a serviço de todos. (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1968, n.p.).

No entanto, essa proposta não consistia apenas em fazer com que a Igreja se deslocasse para atender e/ou suprir as carências do povo. Era, sobretudo, uma ação evangelizadora de conscientização coletiva junto às minorias, para fazê-las perceber que criticamente fortalecidas seriam capazes de reivindicar por cidadania, e conduzir as transformações que precisavam.

Esse deslocamento, “do centro para as margens”, foi a essência do seu projeto ecle-

siástico. Uma prática que articulava evangelização e educação, pois compreendia o Evangelho como ação concreta de denúncia da opressão e anúncio da liberdade, pois para ele “o Evangelho que pregamos ou é anúncio de libertação ou não é Evangelho” (PIRES, 1978, p. 26). Percebemos, então, uma evangelização influenciada pela Teologia da Libertação, que denunciava transgressões e supressão de direitos, propondo a luta por cidadania e melhores condições de vida.

Sobre a Teologia da Libertação¹⁴, Pereira (2017, p. 76, grifo do autor) ressalta que “é importante perceber que a *Teologia da libertação* não é apenas um discurso sobre os dogmas, mas um modo de fazer teologia, prevendo a libertação em todas as dimensões da vida humana”. Esse conceito está articulado ao entendimento de que a Teologia da Libertação está intimamente relacionada à libertação das pessoas diante de qualquer situação de opressão que possa afetar sua dignidade humana. Para tanto, suas raízes teológicas não estão alicerçadas apenas por dogmas religiosos sem qualquer relação com a realidade, mas pelo contrário, a essência da Teologia da Libertação alicerça-se, sobretudo, nos problemas de desigualdade social vivenciados pelas nações e povos.

Essa concepção de que a Teologia da Libertação estava pautada pela evangelização, mas também por ações concretas que viabilizassem a libertação do ser humano de forma plena e completa, também fazia parte do entendimento de Dom José Maria Pires:

A única teologia que serve para nós é a Teologia da Libertação. Se o povo t’á oprimido ou t’á em dificuldades físicas, morais ou sociais...

¹⁴ Significou uma corrente de pensamento teológica cristã fundamentada nas premissas da libertação e equidade social em favor dos pobres. Teve como marco inicial o ano de 1971, com a publicação da obra *A teologia da libertação*, de autoria do padre Gustavo Gutiérrez, embora seus princípios tenham surgido na década anterior.

Então o povo precisa caminhar p'ra libertação. Deus não quer que seu povo fique escravo. Está sendo escravo de muitas coisas, né. Hoje t'á sendo escravo das drogas, do sexo sem amor, né... Então é escravidão. Então a teologia que me serve não é aquela teologia indutiva que eu pegava os princípios e tudo isso vou aplicar, não. Mas a Teologia da Libertação em que eu começo a ver a realidade. Qual é a realidade que está aí? Deus quer a coisa assim? Não quer! Que precisa mudar? Vou logo trabalhar para a libertação disso. Quando eu penso em libertação, aí eu vou ver o que produz essa situação do povo? Então vou ver que existem causas disso. [...] temos que libertar o povo dessa exploração. Então todo esse trabalho da Teologia da Libertação é um negócio muito a partir do Evangelho, muito a partir da Palavra de Deus. Só que para fazer análise da realidade, eles usaram o esquema marxista. Análise da realidade. Então começaram a dizer que a teologia da Libertação era coisa de comunista, coisa do materialismo, etc, etc... mas não, ela simplesmente isso: um esforço de ajudar o povo a sentir que ele deve se unir para ser Filho de Deus. Deus não quer nenhum filho dele escravo. Então você não deve ser escravo nem da fome, nem do subdesenvolvimento, nem da droga. Tem que se libertar de tudo. Libertação é isso! Onde é que está havendo opressão? Então, vamos trabalhar com o povo para que ele se liberte (PIRES, *apud* PEREIRA, 2017, p. 75).

Partindo desse entendimento sobre a Teologia da Libertação, em seu segundo ano de bispado, 1967, Dom José Maria Pires criou, com o apoio de outros agentes de pastorais, a Ação Pastoral Arquidiocesana (APA) (PEREIRA, 2017). Com a criação da APA, a Arquidiocese teria mais condições de fazer com que o movimento do centro às margens pudesse, de fato, realizar-se, pois a comissão especial da APA era organizada por quatro grupos: camponeses, operários, jovens e pescadores, o que possibilitava o encontro real da Igreja com as dificuldades dessas populações.

As experiências de diálogo e evangelização junto a esses grupos de camponeses, operá-

rios, jovens e pescadores através da APA contribuíram para que Dom José Maria Pires, junto com as pessoas com ele envolvidas, os leigos e os agentes das pastorais, criasse em 1969, a Ação Pastoral Igreja Viva.

A *Igreja Viva* era uma ação que não se preocupava apenas com assuntos religiosos, mas em discutir e refletir sobre os mais diversos temas presentes no cotidiano das pessoas. A *Ação Pastoral* surgiu como resultado da Campanha da Fraternidade -CF- de 1969 que tinha como tema: '*Para o outro o próximo é você*'. O tema foi tão relevante para a comunidade arquidiocesana que da CF, nasceu um projeto que alterou parte da vida eclesial da Arquidiocese. (PEREIRA, 2017, p. 153, grifo do autor).

A criação da Ação Pastoral Igreja Viva significava para Dom José Maria Pires a divisa episcopal, a possibilidade de colocar em prática a *Scientiam Salutes*, a Ciência da Salvação. Além do envolvimento com as comunidades que atendiam, partiam do princípio da ação para com as causas/demandas que surgiam em meio à dinâmica das reuniões de evangelização que eram promovidas, pois

Igreja viva não só é reflexão, mas também é Ação, de modo que leva os membros do grupo a uma vivência mais fraterna e a se sentirem responsáveis pela comunidade. A medida em que os grupos se conscientizam de seu papel dentro da comunidade, partem para o real, trabalhando pelo desenvolvimento do povo, de acordo com as exigências locais. Alguns grupos integram-se nos movimentos existentes na comunidade como por exemplo, Campanha no Setor Educacional para que todas as crianças do bairro tenham direito a escola. Grupos outros tentam resolver, por exemplo, problemas de água, limpeza de açude e outros ainda ajudam também em movimentos de construção de Igreja. (ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA, 1969, n. p.).

Dessa forma, a Ação Pastoral Igreja Viva consistia no envolvimento efetivo da Igreja com as causas sociais, em uma ação participativa de evangelização e conscientização cole-

tiva junto às minorias, para fazê-las perceber que, criticamente fortalecidas, seriam capazes de reivindicar por cidadania e conduzir as transformações que precisavam para melhoria de suas condições de vida e realidade.

Ora, no momento em que requerer igualdade de direitos e lutar por cidadania era colocar-se em perigo, Dom José Maria Pires implementou um trabalho pastoral de evangelização fundamentado na defesa das causas sociais e dos direitos humanos das pessoas mais fragilizadas. Nessa perspectiva, percebemos sua inspiração nas orientações do Concílio Vaticano II e na Teologia da Libertação, optando pelos mais humildes. Assim, nem mesmo a ditadura o impediu de cumprir sua função apostólica e cidadã e protagonizar sua própria história.

Esse novo formato de uma “Igreja comprometida com o pobre e oprimido” (PIRES, 1978, p. 40), envolvida com as questões sociais, de uma evangelização praticante, transcendia a dimensão da fé espiritual para tornar-se um movimento concreto de evangelização para a vida, pois contribuía para denúncia da perseguição da ditadura àqueles que se colocavam em defesa dos que eram também perseguidos. É o que podemos ler nestes trechos da Carta Pastoral escrita por Dom José Maria Pires, em dezembro de 1975,

Meus irmãos,

Nosso irmão Frei Hermano José foi também chamado de novo ao I Grupamento de Engenharia por autoridades da Segurança Nacional. Acusaram-no de estar pregando a violência, de ser ele comunista e subversivo como o Arcebispo da Paraíba.

Ninguém acredite que somos comunistas ou subversivos. Somos humildes servos de Jesus Cristo e, por amor dele, queremos estar cada vez mais perto de vocês participando de suas angústias e sofrimentos, de suas conquistas e de suas alegrias.

O que é mesmo que Frei Hermano José faz para

ser acusado de comunista e ser chamado à Segurança Nacional?

O nosso ponto de partida é a fé em Jesus Cristo Salvador. A fé nos leva a procurar ver os homens e os acontecimentos como Deus os vê e agir conforme o Espírito Santo vai nos mostrando na oração e nas reuniões.

Nós não pregamos a invasão das terras dos outros. O proprietário pode continuar em sua terra, mas deixe o pobre trabalhar e viver sossegado. Mas, quando o camponês é ameaçado de despejo por proprietários que olham mais o lucro do que a vida de seu irmão, nós o aconselhamos a defender seus direitos, dentro das leis do nosso país.

Ameaçaram Frei Hermano de fazer um processo contra ele e expulsá-lo do país. Tal ameaça teria sido feita se o Frei estivesse defendendo os proprietários, visitando os ricos e comendo com eles? Por que será que somente os que tomam defesa dos oprimidos é que são considerados subversivos e comunistas?

Seja esta carta lida nas Missas e nas Celebrações. (PIRES, 1978, p. 30).

Nessa Carta Pastoral, percebemos as evidências da repressão àqueles que, na concepção autoritária, pudessem representar algum perigo à ordem estabelecida ou aos interesses do capital, que cada vez mais fortalecido pelos Acordos Internacionais e pelo desenvolvimento das grandes empresas agrícolas, reforçava, ainda mais, a divisão social e a distribuição desigual de renda. Mas não era apenas essa a questão, o progresso do país, em especial da economia agrícola, acontecia através do sofrimento do pequeno agricultor que se via expulso da terra, desintegrado de sua posse, humilhado e perseguido. Tais situações faziam com que Dom José Maria Pires se mostrasse mais firme em seu projeto eclesialístico de vida, denunciando as ameaças e perseguições. E como o Frei Hermano e o próprio Dom José Maria Pires, muitos foram os agricultores, camponeses, posseiros, jovens ou pais de família, que

foram perseguidos pela Ditadura Militar. Mas, também, muitos foram aqueles que desapropriados da terra, mas conscientes de seu direito a ela, ergueram sua voz na luta, e quando calados pelo medo do regime, contaram com a Arquidiocese da Paraíba e com a voz de seu arcebispo, pois:

Com a violenta censura imposta à imprensa falada e escrita, Dom José era a voz que se podia ouvir. Bradou aos quatro cantos, contra as injustiças que aconteciam. Denunciava prisões, perseguições, expulsões dos agricultores de suas terras, citava nomes, cobrava dos políticos. (RIBEIRO, 2005, p. 8).

É por isso que Dom Helder Câmara, que era arcebispo de Olinda/Recife, amigo e contemporâneo de Dom José, também engajado no movimento dessa Nova Igreja, ao prefaciá-lo o livro *Do centro para a margem*, por Dom José Maria Pires escrito, afirma que: “E D. José Maria vai às causas, vai as raízes... E fala claro, sem perder a serenidade, mas chamando as coisas pelos nomes” (CÂMARA, *apud* PIRES, 1978, p. 8).

E assim, com serenidade e firmeza, o arcebispo colocava em prática seu discurso por uma Igreja que vai ao encontro das margens, que se deslocava em prol dos que estavam em uma condição de marginalização social. Sabemos que o combate à ditadura era uma temática constante de suas homilias, como, por exemplo, a “Prece de Natal”, em que Dom José Maria Pires, apoiando-se no discurso evangelizador, revela e denuncia a perseguição da ditadura à Igreja:

Não havia lugar para eles na hospedaria (Lc 2,7). Por que, Senhor? Por que José e Maria não encontraram abrigo na noite em que iam nascer? Por que se fecharam diante de ti as portas? Em Belém não havia lugar para teus pais: em muitos regimes não há hoje lugar para tua Igreja. (PIRES, 1978, p. 89).

E continua...

Senhor, neste Natal eu não te peço que os se-

nhores do mundo modifiquem sua atitude com relação à tua Igreja. Não faz mal que ela continue sendo considerada subversiva. Não importa que seus ministros-padres, Bispos e leigos sejam interrogados, presos ou expulsos do país como agitadores perigosos. Se tudo isso aconteceu contigo, por que não acontecerá com teus servos? Rogo-te, Senhor, que neste Natal, os homens, todos os homens experimentem um pouco mais de paz e deem um pouco mais de amor. (PIRES, 1978, p. 91).

Com essas palavras, Dom José Maria Pires refletia sobre os episódios de perseguição enfrentados pela Igreja, por colocar-se na luta contra as situações de opressão, de controle e violações vivenciadas por ele e por todos os outros, camponeses, agricultores, pequenos produtores rurais, operários, pescadores, negros, índios, idosos, jovens, homens, mulheres e crianças, que contando com o apoio pastoral e ação evangelizadora da Arquidiocese da Paraíba, através do projeto eclesialístico de Dom José Maria Pires, lutavam para resistir e sobreviver.

Considerações finais

A escrita deste trabalho sobre a história de vida eclesialística de Dom José Maria Pires, além de ter contribuído para os estudos biográficos e proporcionado a leitura do contexto ditatorial a partir das ações implementadas pelo projeto eclesialístico desse arcebispo, apontou para uma questão relevante no âmbito das ciências humanas, os processos de escrita de si e as interseções desse processo enquanto elemento de escrita do(s) outro(s).

Ora, os processos de escrita de si não se resumem apenas ao inventário escriturário elaborado e/ou deixado por uma pessoa no decorrer de sua vida. São mais que cartas, diários e obras escritas, comunicam-se com os processos construídos nas relações que o indivíduo estabelece consigo, mas também com os outros, por isso transcendem o próprio sujeito.

Trata-se de um processo presente nos estudos biográficos, autobiográficos, com histórias de vida e demais pesquisas que têm por objeto de reflexão o sujeito, as memórias e subjetividades.

Considerando essas questões, a trajetória episcopal de Dom José Maria Pires apresenta um projeto episcopal articulado à vida pessoal, como se ambas as dimensões compusessem uma única unidade, pois conforme as ações pastorais eram desenvolvidas, Dom José realizava a escrita de si, constituindo-se como pessoa e arcebispo. Essas reflexões nos levam a perceber que uma vida se constitui um todo (BOURDIEU, 2006) em si mesma, um projeto em execução.

Esse processo de escrita de si estava direcionado para os sofrimentos e lutas dos sujeitos que vivenciavam as violações de direitos e as injustiças do regime de governo autoritário e repressor. Por essas razões, a história de vida eclesiástica de Dom José Maria Pires, além de ter repercutido no cenário da época, teve desdobramentos na história de vida de outras pessoas, colaborando assim para os processos de escrita do outro.

Apesar de ter deixado uma vasta produção escrita, entre artigos, homilias, cartas pastorais e livros, a escrita de si de Dom José Maria Pires foi marcada pela dimensão da experiência, no sentido proposto por Larrosa (2019), proporcionada por seu projeto eclesiástico de encontro e defesa das causas sociais da população pobre e oprimida. Por isso, esse processo de escrita de si foi também movimento de escrita do(s) outro(s), os camponeses, posseiros, pequenos agricultores, pessoas comuns e de origem pobre que, de certa forma, “foram tocados” (LARROSA, 2019) e deixaram-se ser inscritos pelo projeto eclesiástico desse arcebispo.

É nesse sentido que essa história de vida nos toca e nos convida a escrevê-la, escolhen-

do-a conscientemente e não a outra história. No decorrer de sua trajetória episcopal, Dom José Maria Pires deixou emergir sua subjetividade, partilhando não somente a palavra, mas ações e ensinamentos para a existência e resistência da população carente em tempos sombrios. As revelações presentes em suas escrituras e em narrativas de outras pessoas sobre seus posicionamentos e biografia configuram-no como religioso e cidadão, humano em sua humanidade, um educador por excelência.

Referências

- ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Discurso de Dom José Maria Pires ao tomar posse como Arcebispo da Paraíba**. João Pessoa, 1966.
- ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Carta Pastoral Não vendo pão, vendo fermento**. João Pessoa, 1968.
- ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. **Relatório da Ação Arquidiocesana de Pastoral**. João Pessoa, 1969.
- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro, FGV: 2006. p. 183- 192.
- CAMÕES, Luís Vaz. **Os Lusíadas**. Belém, Universidade do Amazonas: NEAD. Disponível em: www.domínio-publico.gov.br. Acesso em: 12 out. 2020.
- CARVALHO, Maria Elizete Guimarães; LIMA, Juliana Augusta Dionísio de. A trajetória biográfica do Professor Mário Moacyr Porto: contribuições para a história da educação paraibana. In: NUNES, Maria Lúcia da Silva et. al. **Eu conto, você conta**: leituras e pesquisas (auto) biográficas. Fortaleza: EdUECE,

2017. p. 257-273.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Berta Weil; FERREIRA, Lenira Weil. Histórias de mulheres: o processo de identidade. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (org.) **A aventura (auto) biográfica**: teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 355-383.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

LARROSA, Jorge Bondía. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. In: LARROSA, Jorge Bondía. **Tremores**: escritos sobre experiência. Tradução Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p. 15-34.

MARQUEZ, Gabriel García Márquez. **Viver para contar**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma Igreja Radical**. Teologia da Libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba. Curitiba: CRV, 2010.

MOSQUERA, Juan José Mouriño; STOBÄUS, Claus Dieter. Narrativas de vida: fundamentos de uma dimensão metodológica. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **A aventura (auto)biográfica**: teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 75-91.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: História do Regime Militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NEVES, Gildivan Francisco das. **História e memória da "Luta do Povo de Alagamar"**: experiências de vida e construção de práticas educativas em diálogo com a Educação Popular. 199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação

em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Revista Projeto História**, São Paulo PUC-SP, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: file:///C:/Users/graca/OneDrive/Documentos/Doutorado/Vista%20do%20ENTRE%20MEM%C3%93RIA%20E%20HIST%C3%93RIA_%20A%20PROBLEMA%C3%81TICA%20DOS%20LUGARES.html. Acesso em: 20 out. 2020.

PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **A educação popular na arquidiocese da Paraíba (1966-1985)**. 280 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

PIRES, Dom José Maria. **Do Centro para a margem**. João Pessoa: Acauã, 1978.

PIRES, Dom José Maria. Depoimento de Dom José Maria Pires em 15 de janeiro de 2011. In: PEREIRA, Vanderlan Paulo de Oliveira. **A educação popular na arquidiocese da Paraíba (1966-1985)**. 280 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. p. 75-76.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Tradução Monique Augras. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, v. 5, p. 200-232, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf> Acesso em: 10 nov. 2020.

RIBEIRO, Sampaio Geraldo Lopes. (org.). **Dom José Maria Pires**: uma voz fiel à mudança social. São Paulo: Paulus, 2005.

TIMM, Edgar Zanini. A vida como obra de arte: Pensando em histórias de vida. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **(Auto)biografia e formação humana**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. p. 45-62.

Recebido em: 15/01/2021

Revisado em: 10/10/2021

Aprovado em: 30/10/2021

Maria Elizete Guimarães Carvalho é pós-doutora em Política Educativa pela Universidade do Minho (Uminho), em Portugal. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora associada da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) do Departamento de Fundamentação da Educação, Centro de Educação. Credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB e ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da UFPB. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação Brasileira, GT-PB. *E-mail:* me-carvalho23@yahoo.com.br

Maria das Graças da Cruz Barbosa é doutoranda em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestre em Educação, mestre em Direitos Humanos e especialista em Educação em Direitos Humanos, todos pela UFPB. Membro do Grupo de Estudos Memória, História e Educação (GEMHE). Professora da Secretaria de Educação do Município de Bayeux (PB). *E-mail:* gracacruz25@hotmail.com